

Sobre a Validade de Procedimentos Administrativos Prévios ao Inquérito e de Fases Administrativas Preliminares no Processo Penal

Augusto Silva Dias · Rui Soares Pereira


ALMEDINA

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	5
1. A INTERVENÇÃO ADMINISTRATIVO-POLICIAL NO INQUÉRITO: FUNDAMENTOS E LIMITES	7
1.1. A caracterização dos órgãos de polícia criminal	7
1.1.1. Os órgãos de polícia criminal e a polícia criminal	7
1.1.2. A natureza administrativa da actividade da polícia criminal	12
1.1.3. Os traços gerais da dependência funcional dos órgãos de polícia criminal	15
1.1.4. A natureza dos órgãos de polícia criminal	19
1.2. A natureza e o regime dos actos de investigação criminal	21
1.3. As diligências de investigação pré- ou extra-processuais	24
1.3.1. As medidas cautelares e de polícia previstas no CPP	25
1.3.2. As medidas (especiais) de polícia previstas na Lei de Segurança Interna	30
1.3.3. As competências em matéria de prevenção e de investigação criminal	31
1.4. A delegação de competências nos órgãos de polícia criminal para a investigação	36
2. A INCONSTITUCIONALIDADE E ILEGALIDADE DE PRÉ-INQUÉRITOS ADMINISTRATIVOS, EM ESPECIAL DOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS	41
2.1. O monopólio das autoridades judiciais e as competências reservadas ao MP no domínio do processo penal	42
2.2. A confusão entre prevenção criminal, repressão criminal e investigação criminal e os riscos inerentes às pré-averiguações policiais	49
2.3. A proibição de pré-inquéritos, inquéritos preliminares, investigações policiais, investigações pró-activas e afins no sistema processual penal vigente	58

SOBRE A VALIDADE DE PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS PRÉVIOS AO INQUÉRITO...

2.4. A inadmissibilidade dos processos de averiguações, das averiguações preliminares e da actividade de recolha de informação de segurança	68
2.5. Uma leitura necessariamente crítica do Acórdão do Tribunal Constitucional nº 360/2016: a inadmissível tentativa de legitimação das averiguações preliminares no contexto dos crimes de mercado e a sua não extrapolação para outros domínios	82
3. AS CONSEQUÊNCIAS JURÍDICAS DA INCONSTITUCIONALIDADE E ILEGALIDADE DOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS	87
3.1. Considerações gerais	87
3.2. A nulidade e inutilizabilidade da prova recolhida no âmbito de procedimentos administrativos	91
CONCLUSÕES	95
BIBLIOGRAFIA	99
OUTROS ELEMENTOS: JURISPRUDÊNCIA, PARECERES E RELATÓRIOS	105